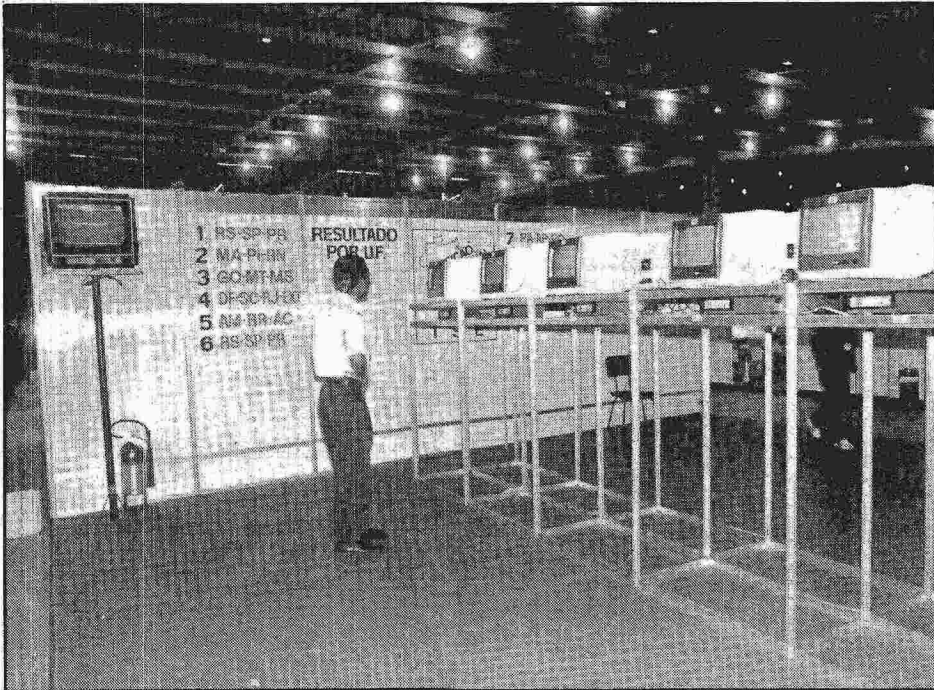


TSE não aposta corrida com as televisões

FOTOS: F. GUALBERTO



Com o atraso nas apurações, os computadores do TSE não despertavam muita atenção



Repórteres se comprimem para apanhar cópias do primeiro boletim oficial do TSE, emitido de madrugada

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco Rezek, disse ontem que em momento algum quis competir com empresas privadas e partidos na apuração dos votos das eleições presidenciais. “A Justiça Eleitoral depende de um ritual mais severo para emitir esses números”, afirmou Rezek, descartando todas as especulações decorrentes da lentidão do processo de apuração pelo TSE, reforçadas pelo adiantamento dos resultados oficiosos de empresas de comunicação e pela interpretação errada da rubrica “abstenções”, considerada pela Frente Brasil Popular como um erro na elaboração do programa de processamento de dados do Tribunal. A “inércia inicial”, como foi chamada pelo coordenador do Centro de Divulgação, Catete Pinheiro, era prevista até mesmo porque, segundo Rezek, os primeiros resultados a chegar em Brasília eram “números mingua- dos”.

Ao contrário do que se esperava, o TSE emitiu o primeiro boletim com três horas de atraso. A segunda divulgação oficial, às 3h29 da madrugada indicava a rubrica “abstenções” com números que não batiam com os resultados regionais, o suficiente para ter início uma série de especulações que iam desde o afastamento do ministro da presidência do TSE ao adiamento das eleições no segundo turno, previstas para o dia 17 de dezembro. Os boatos, naturalmente, passavam por suspeitas de fraudes e manipulação por ministros de Estado e pane nos computadores. Rezek, contudo, negou qualquer problema no processo de apuração garantindo que a demora foi provocada pela decisão de alguns Estados de só iniciarem a contagem dos votos na manhã de ontem.

De concreto restaram, apenas, dois requerimentos do PDT de Brizola e da Frente Brasil Popular que pedem o imediato processamento dos Boletins de Urna e sobretudo determinação de maior agilidade na remessa destes pelas Juntas Apuradoras. “Não imaginamos que a Justiça Eleitoral esteja sujeita a fraudes mas a diferença entre os resultados oficiais e oficiosos cria um vácuo”, disse o deputado petista Paulo Delgado que assinou o requerimento da coligação. Ele considerava a autonomia dos TREs como “relativa” já que o pleito é nacional. “O TSE não pode ficar exposto à pressão mas a diferença na apuração é grande”, afirmou o deputado, lembrando que, àquela hora (13h de ontem), o TSE só tinha apurado cerca de cinco por cento dos votos enquanto a Rede Globo de Televisão já divulgava resultados de 30 por cento das urnas.

DESARMADO

Rezek considerou-se “desarmado” para fazer qualquer comentário sobre a notícia divulgada por uma rádio carioca de que teria sido afastado da presidência do TSE mas esclareceu todas as dúvidas da Imprensa sobre as demais especulações. Informou, por exemplo, que em hipótese alguma o TSE adiaría o segundo turno por conta da demora na apuração do primeiro. “A Constituição prevê um intervalo de vinte dias entre os dois turnos”, informou, reforçando também que não vai antecipar a data prevista para a divulgação oficial dos resultados do primeiro turno, marcada para o dia 27 próximo. E não considerou, ainda, qualquer atraso na apuração. O calendário do TSE prevê quatro dias para cada fase da apuração: até o dia 19, apuração nas bases eleitorais; até o dia 23, totalização a nível dos TREs e mais quatro dias para a totalização pelo TSE, em Brasília.

O calendário já inclui uma margem de segurança para a apreciação de recursos e impugnações, entre outros problemas que podem surgir. Rezek garantiu que o TSE está preparado para confeccionar a nova cédula e distribuí-la num prazo de dois dias mas que esse processo pode ser adiantado com a confecção de “chapas” alternativas com nomes dos candidatos que poderão realmente chegar ao segundo turno. Dos votos computados para o ex-candidato Armando Correa, ora como válidos, ora como nulos, o presidente do TSE informou que não houve tempo para uma orientação oficial já que o julgamento das impugnações à candidatura de Sílvia Santos, que seria Corrêa na cédula, ocorreu às vésperas da eleição. Os votos de Correa, não anulados serão posteriormente transferidos para os votos nulos.

Quanto à interpretação da rubrica “abstenções”, um dos diretores de Informática do TSE, Maurício Mello, esclareceu que, no programa, todos os votos ainda não computados estavam sendo considerados como “abstenção” à medida que eram scrutina- dos, essa rubrica ia decrescendo.